

Apresentação: Migração e escravidão

Marinella Meireles*

Sidney Lobato**

A revista *Fronteiras & Debates*, neste número 1 de seu volume 3, traz a lume um dossiê dedicado às experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras nos meandros da migração e da escravidão. A leitura deste número possibilita uma melhor compreensão das estratégias que em diferentes tempos e espaços os sujeitos históricos inventaram para enfrentar as inseguranças conjunturais e as amarras estruturais que, cotidianamente, ameaçavam suas vidas e sequestravam suas liberdades. Como terra de promessa e de escravização, a Amazônia, do século XVII ao XXI, tornou-se o foco da maioria dos estudos aqui apresentados. A mobilização de um número que ainda tentamos bem mensurar de migrantes e de escravos (indígenas, africanos e mestiços) fez desta região uma *fronteira*, no sentido empregado por José de Souza Martins (1997). Esse sociólogo detecta nos espaços fronteiriços, além de conflitos ostensivos, a existência de várias faixas de datação histórica ou de tempos históricos diferenciados que, reunidos, ocasionaram e ainda ensejam frequentes e recíprocas incompreensões.

Abrem o dossiê *Migração e escravidão* dois artigos que abordam o fenômeno da migração adotando perspectivas transfronteiriças. O primeiro deles é o de Luana Bagarrão Guedes, intitulado “‘Retornados’ de Angola em Belém. Memórias e identidades na diáspora”, que elucida, por meio da análise de reminiscências pessoais de imigrantes, os processos de construção e reconstrução de identidades no interior de um trânsito diaspórico que abrangia Angola-Brasil-Portugal. Em seguida, o artigo “A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira”, de Carmentilla das Chagas Martins, esclarece que a ida de numerosos migrantes brasileiros (saídos do Amapá) para a Guiana Francesa tornou-se o principal constrangimento ao cumprimento do Acordo Quadro de Cooperação Brasil-França, celebrado maio 1996.

* Doutoranda em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (Ufpa). Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma).

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess-Paris). Professor de História da Amazônia na Universidade Federal do Amapá (Unifap).

O debate internacional e nacional acerca do conceito de escravidão contemporânea é o objeto do terceiro artigo do dossiê. Em “Trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo: à guisa dos estudos históricos e jurídicos e suas disputas conceituais”, Fagno da Silva Soares, Túlio de Oliveira Massoni e Wallace Dias Silva evidenciam a historicidade das definições do *ser escravo*, inserindo-nos em diversos campos de debate (o político, o jurídico, o historiográfico e o filosófico) e advertindo-nos que a discussão conceitual não é o ocupar-se do detalhe semântico, pois o conceito vai nortear ou mediar uma série de práticas pessoais, de políticas sociais e de programas institucionais. Portanto, esse texto de fôlego, percorrendo uma longa periodização e utilizando uma abordagem interdisciplinar, abre caminho para pesquisas com recortes menores, que venham a aprofundar a nossa compreensão de aspectos aqui apresentados.

Completam o dossiê dois artigos que tratam da escravidão no Piauí. “Índios, africanos e agentes coloniais na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800”, de Mairton Celestino da Silva, analisa as estratégias adotadas pela administração portuguesa para fazer frente ao desafio de ocupar e explorar tal capitania por meio da mão de obra escrava, indígena ou africana. O autor aponta que a criação de gado ganhou aí destaque como atividade pioneira sustentada por indígenas e mestiços a trabalhar como curraleiros, vaqueiros ou administradores das fazendas (“os olhos do senhor”). As dificuldades de adaptação e o empenho dos jesuítas explicam a substituição do indígena pelo africano na criação do gado piauiense. Por outro lado, a guerra contra os índios mobilizou muitas forças e, como demonstra Celestino da Silva, combinou estratégias de dispersão e concentração dos vencidos. Por fim, o artigo destaca que o cerco e a inserção forçada nos projetos de expansão da sociedade colonial fizeram com que muitos indígenas acabassem percebendo a vida nos aldeamentos como uma via de sobrevivência.

Joelma Santos da Silva, em “Os laços de compadrio como estratégia de resistência cotidiana entre os escravos do sertão do Piauí oitocentista”, tendo como norte os argumentos defendidos por E. P. Thompson e James C. Scott, põe em evidência estratégias de resistência cotidiana de escravos negros no Piauí do século XIX. A autora chama nossa atenção para a formação e manutenção de famílias escravas em contraste com a imagem do escravo desumanizado ou coisificado pela violência dos escravo-

cratas. É central no estudo de Santos da Silva a adoção pelos escravos do parentesco ritual (o compadrio) como tática de criação de laços de solidariedade horizontal e, sobretudo, vertical.

Na seção de artigos variados, este número traz dois instigantes textos. “O Maranhão no contexto da Monarquia católica: uma história conectada”, de Roberta Lobão Carvalho, aborda experiências de conquista e colonização do Maranhão (cujas fronteiras, então não bem definidas, abrangiam toda a Amazônia) a partir da análise das conexões que ligavam essa parte da América portuguesa aos reinos ibéricos e à França. Seara de mestiçagens, fronteira comercial e da cristandade, espaço em disputa, válvula de escape para tensões políticas do Estado do Brasil, o Maranhão colonial, nas páginas deste artigo, revela-se como um caleidoscópio de vivências que demandam não pouco esforço de compreensão. João Antônio Fonseca Lacerda Lima, com o artigo “‘Vivem rica e abastadamente’: clérigos e suas posses nos bispados do Maranhão e Pará setecentista”, esclarece o que significava para um clérigo setecentista viver de acordo com o seu “estado”. Ou seja, por meio da análise da vida de sacerdotes católicos, o autor esclarece os papéis sociais desempenhados por estes sujeitos, na Amazônia. Fica evidente que eles atuavam em duas frentes: a eclesiástica e a “civil”. E como o artigo destaca, não raro aquela era deixada de lado em benefício desta, que era exercida na condição de proprietário de terras e de outros bens materiais.

Fecha este número a resenha “A história militar da Amazônia em perspectiva”, na qual Paulo Marcelo Cambraia da Costa analisa a coletânea *História militar da Amazônia*, lançada em 2015 e que ilumina aspectos até então pouco conhecidos das disputas territoriais ocorridas no espaço amazônico.

Portanto, a *Fronteiras & Debates* nos traz agora uma série inovadora de estudos que combinam a atenção ao âmbito local (e regional) com o perscrutar processos transnacionais que mobilizaram sujeitos livres ou não, migrantes ou escravos. Processos que geraram sociedades multifacetadas, cujos efeitos, legados e vestígios seguirão suscitando novas pesquisas históricas. É o que esperamos...

A todos, muito boa leitura.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.